

O que são recursos educacionais abertos? Limites e possibilidades em discursos¹

What are open educational resources? Limits and possibilities in discourses

Daniervelin Renata Marques Pereira²

daniervelin@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Joyce Vieira Fettermann³

joycejvieira@gmail.com

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Danilo Rodrigues César²

danilorcesar@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

RESUMO – O objetivo deste texto é colocar em discussão a definição de Recursos Educacionais Abertos (REA), a partir de uma sequência de postagens no grupo *Recursos Educacionais Abertos*, do *Facebook*, do dia 06 ao dia 14 de dezembro de 2015. Por meio de ferramentas da Semiótica Tensiva, propomos uma análise discursiva dos quatro tópicos de perguntas e respostas que organizam as postagens. Em diálogo, apresentamos algumas visões sobre REA como contribuição na construção do conceito. Este artigo se inscreve, então, entre o discurso sobre a definição e a construção das definições encontradas na literatura consultada, sendo ainda uma tentativa de encontrar limites e possibilidades sobre os REA.

Palavras-chave: Recursos Educacionais Abertos, discurso, definição.

ABSTRACT – The aim of this text is to put the definition of Open Educational Resources (OER, in English) into discussion, through a sequence of posts in the group *Recursos Educacionais Abertos*, from Facebook, from December 06th to 14th, 2015. Through the semiotic tensive tools, we propose a discursive analysis of the four topics of questions and answers that organize the posts. In dialogue, we present some views about OER as contribution to the construction of the concept. This paper is subscribed, then, between the discourse on the definition and the definitions found in the literature, being also an attempt to find the limits and possibilities on the OER.

Keywords: Open Educational Resources, discourse, definition.

Introdução

O ponto de partida para este texto foi o desejo de esclarecer o conceito de Recursos Educacionais Abertos (REA). Ao lermos uma sequência de diálogos em um grupo do *Facebook*, sobre a definição de REA, vimos aí a necessidade de contribuir com este estudo que aqui propomos. Nesse sentido, a proposta deste trabalho é trazer à tona uma discussão autêntica sobre REA e, a partir de sua análise, compreender os valores envolvidos em sua definição. Além da análise, trazemos falas de

estudiosos sobre o tema, as quais esclarecem o conceito de REA. Acreditamos, assim, poder colaborar lançando luz sobre um assunto muitas vezes em pauta, mas sem muita clareza conceitual.

Começamos por questionar: seriam os REA outro nome para materiais didáticos ou recursos educacionais? Qual o valor dessa expressão para aqueles que optaram por utilizá-la?

Pesquisas realizadas no meio acadêmico por Allen e Seaman (2014, p. 9) também demonstram que há muita incerteza sobre REA e suas dimensões:

¹ Este artigo é parte da pesquisa *Recursos Educacionais Abertos para Leitura e Produção de Textos nas Licenciaturas*, financiado pelo CNPq (Processo: 448832/2014-3).

² Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Av. Randalfo Borges Júnior, 1250, Secretaria do ICENE/UFTM, Univerdecidade, 38064-200, Uberaba, MG, Brasil.

³ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Av. Alberto Lamego, 2000, Parque Califórnia, 28035-200, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

[...] muitos acadêmicos têm apenas uma vaga compreensão dos detalhes sobre o que constituem recursos educacionais abertos. Outros confundem “aberto” e “livre” e assumem que todos os recursos livres/gratuitos são REA. Outros ainda confundem “recursos abertos” com “open source” (código aberto) e acreditam que REA refere-se apenas ao *software* de código aberto. Devido a esses diferentes níveis de entendimento, a formulação sobre a questão precisa ser específica. Deve-se descrever o suficiente as dimensões dos REA para evitar a confusão [...] (tradução nossa)⁴.

Em português, nos deparamos com muita confusão entre Recursos Educacionais Digitais e Recursos Educacionais Abertos. Um só adjetivo nesse caso pode fazer toda a diferença. No dicionário Houaiss (2009), encontramos entre as acepções do termo “recursos” a de “Derivação: sentido figurado. Riquezas, fundos, meios de que se pode dispor. Exs.: *r. humanos, r. naturais*”. Essa definição caracteriza a natureza semântica aberta do próprio termo “recursos” e dos vários usos que podem dele ser feitos.

O adjetivo “educacionais” cumpre a função de direcionar o sentido para a esfera educacional, mas não restritamente escolar, e o que se observa é que a designação comum costuma parar por aí, ou seja, estar restrita a “recursos educacionais”. Outro adjetivo passa a ser de grande importância para um grupo de pesquisadores e entusiastas da cultura livre: “aberto”. É nesse último elemento da expressão que paira a ideologia do conceito de REA. Conteúdo aberto significa não exatamente gratuito, mas passível de sofrer mudanças, como veremos com mais detalhe ao longo deste artigo. Já o adjetivo “digital”, da expressão Recursos Educacionais Digitais, à qual fizemos referência anteriormente, apenas indica o ambiente em que circulam os recursos, que são encontrados geralmente *online*, mas sem necessariamente serem abertos.

Em definições mais amplas de recursos educacionais, antes do surgimento da expressão “Recursos Educacionais Abertos”, não há preocupação com a abertura do material, como percebemos em: “os recursos ou meios para o ensino referem-se aos vários tipos de componentes do ambiente da aprendizagem que dão origem à estimulação para o aluno” (Gagné, 1977, p. 27) e em: “recursos de ensino são o conjunto de meios materiais, físicos e humanos que auxiliam o professor e o aluno na interação do processo ensino-aprendizagem” (Sant’ana e Sant’ana, 2004, p. 23). Nesses casos, são empregados os recursos educacionais como sinônimo de material didático, como forma de organizar o ensino e estimular a aprendizagem.

A seguir, apresentamos conceitos teóricos fundamentais deste estudo e passamos à análise da discussão

entre alguns interessados na definição da expressão para, logo depois, retomarmos a definição de REA na literatura.

Uma definição em discussão

Na sequência, propomos uma análise baseada em conceitos e noções da Semiótica Tensiva, que acrescenta à Semiótica Greimasiana ou Francesa o ponto de vista da complexidade, da tensividade, da afetividade e da percepção. Não entraremos em discussões teóricas profundas e nem em definições detalhadas dos conceitos usados, selecionados e aplicados de acordo com a necessidade do discurso que é analisado, para não perdermos o foco do objeto em discussão.

Em síntese, importa dizer que a Semiótica Greimasiana ou Francesa tem como objeto a análise interna do texto, estudado como um todo significativo para se entender melhor os mecanismos de construção do discurso. Ela procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz, pelo estudo, em primeiro lugar, do seu plano do conteúdo e, também, do plano de expressão, ainda com hipóteses em estudo. A Semiótica Tensiva não se opõe a essa abordagem, mas se complementa e, juntas, têm em comum o entendimento do processo de geração do sentido. Podem, assim, ser articuladas na análise de um mesmo texto.

A Semiótica Tensiva está baseada na concepção de tensividade como lugar imaginário em que se correlacionam intensidade, isto é, o sensível, como somatória de estados de alma, e extensidade, isto é, o inteligível ou somatória do estado das coisas. Essa correlação estabelece o campo de presença do sujeito, que é o espaço-tempo no interior da qual o sujeito percebe o mundo. Assim, da vertente greimasiana para a tensiva, mudou-se o olhar para se compreender o contínuo, a sensibilidade, o acontecimento. Veremos adiante alguns conceitos da Semiótica Tensiva que são importantes para a análise proposta.

Transcrevemos, a seguir, a discussão encontrada no grupo “Recursos Educacionais Abertos” da rede social *Facebook*, de 06 a 14 de dezembro de 2015, entre o Sujeito 1, Sujeito 2 e Sujeito 3⁵, todos pesquisadores e interessados na temática em discussão.

[...]

Sujeito 1 [06/12/2015]: Sujeito 2, tenho algumas dúvidas sobre REA e gostaria de saber se você ou outro membro do grupo pode responder as seguintes dúvidas:

1. De acordo com o site do Projeto REA, um recurso educacional com a restrição ND⁶ não é REA, mas não fica claro se

⁴ “[...] many academics have only a vague understanding of the details of what constitutes open educational resources. Others will confuse “open” with “free” and assume all free resources are OER. Still others will confuse “open resources” with “open source” and assume OER refers only to open source software. Because of these differing levels of understanding, the phrasing of the awareness question needs to be specific. The question should outline enough of the dimensions of OER to avoid the confusion [...]”.

⁵ Não mencionamos os nomes reais, de maneira a preservar a identidade dos envolvidos.

⁶ *No Derivatives* – Sem derivações. A licença ND permite a redistribuição, desde que o trabalho seja distribuído inalterado e no seu todo.

uma licença “Não Comercial” é REA. No site está dito que ela pode ser problemática, mas não diz categoricamente se ela é REA ou não. Então pergunto: ele é REA?

2. Uma instituição (universidade) que não possua repositório institucional adequado para receber REA produzido por professores e alunos tem como opção algum lugar na internet, gratuito e apropriado (e exclusivo, se possível) para alojar REA? Se existe, qual (is)?

3. De que forma um recurso educacional aberto é monitorado, quando está alojado num repositório institucional, para que não haja uso em desacordo com o tipo de licença prevista pelo autor ou proprietário da obra?

4. É necessário antes ou depois de licenciar uma obra como REA enviar um exemplar dela para a Biblioteca Nacional ou Escola de Belas Artes ou outro lugar que receba depósito legal ou a Licença Creative Commons é suficiente para garantir os direitos morais, conexos e de propriedade?

Sujeito 2 [14/12/2015]: oi Sujeito 1, vou deixar minhas considerações

Sujeito 2 [14/12/2015]: 1. o que caracteriza um REA são as possibilidades de distribuição, modificação, revisão e uso (as bases dos 4R⁷). Essa questão de se ND ou NC⁸ é REA é complicada e não tem resposta definida, pq existem várias opiniões. a minha opinião é que ND não é REA pq só garante distribuição. Já o NC garante algumas defesas para o autor, isso sempre dependendo do objetivo e da onde vem o financiamento. Financiamento público deveria ser público, né? No meio educacional, quanto mais livre a licença maiores as possibilidades.

Sujeito 2 [14/12/2015]: 2. Não existe nenhum repositório centralizado (e que bom que não). Pra encontrar locais apropriados deve-se considerar o tipo de mídia e aplicação. Mas a wikimedia commons é uma boa solução para esse caso.

Sujeito 2 [14/12/2015]: 3. Assim como o material copyright, o material com licença livre assim que cai na internet pode ser usado por qualquer pessoa em desacordo com a licença escolhida. É bem difícil ter controle sobre o meio digital, não é algo exclusivo dos materiais com licenças abertas.

Sujeito 2 [14/12/2015]: 4. os direitos morais são garantidos ao autor independente da biblioteca nacional e independente de ser copyright ou CC. A lei brasileira diz que os direitos estão garantidos no momento da criação. Assim como o copyright, uma licença CC garante o direito moral.

Sujeito 1 [14/12/2015]: Sujeito 2, obrigada pelos esclarecimentos. Faço parte da Conecte - setor de Inovação na Educação da Instituição Federal de Ensino Superior A⁹ e começamos neste setor a discutir este tema. Inclusive realizamos um curso-palestra de 03 horas com a equipe de trabalho do setor. Criamos um blog para adicionar as informações que coletamos na internet sobre REA e Licenças Creative Commons e estamos discutindo com a equipe do Repositório Institucional da IFES A como adicionar REA no repositório atual, as condições para isto. Por isso as questões que levantei são tão importantes para nos guiar neste momento.

Sujeito 2 [14/12/2015]: Que maravilha! Conte comigo se precisar. Posso conecta-los a outras acadêmicos ligados ao assunto.

Sujeito 3 [14/12/2015]: Fiquei muito feliz em ver que a discussão continua, espero que todas as aspirações se concretizem, a IFES A precisa fazer parte deste universo de Recursos e práticas colaborativas.

[...]¹⁰

(Facebook, 2015).

O diálogo, como se pode notar, é em torno da delimitação do que é REA e do que pode ser considerado REA. Essa necessidade surge exatamente da flexibilidade do conceito em locais diversos, demonstrando sua natureza aberta e ainda pouco clara.

Observamos uma divisão dos enunciados dos Sujeitos 1 e 2 em quatro tópicos, como se pode ver na enumeração utilizada na citação acima. Esses tópicos aproximam a organização do texto à de um gênero da esfera científica. Isso nos remete a um valor dos enunciadores e ao contexto em que se inserem: a cientificidade e as situações de circulação e produção de saberes científicos. Tais escolhas justificam, ainda, a busca pela delimitação conceitual a partir de pesquisa e do argumento de autoridade, que se pode perceber na menção a textos do site oficial sobre o projeto REA (<http://www.rea.net.br/site/>) e na fala de um representante desse projeto, o Sujeito 2.

Na resposta à primeira questão, sobre a definição de REA, o Sujeito 2 reforça a natureza aberta e dependente da situação e da opinião para essa definição, mas manifesta sua compreensão ou suposição do contexto que levou às questões do Sujeito 1. Isso se percebe pelo direcionamento da resposta para o “meio educacional”, que demandaria, segundo o Sujeito 2, licença mais livre e maiores possibilidades, especialmente se o financiamento é público. Dessa forma, os recursos educacionais podem sofrer alterações em suas condições de uso, de acordo com as necessidades e concepções de seus criadores.

De acordo com esses enunciados (questão e resposta 1), podemos chegar a um contínuo tensivo de possibilidades no que diz respeito à concepção do que sejam recursos educacionais (RE) e recursos educacionais abertos (REA), como demonstramos na Figura 1.



Figura 1. Contínuo na concepção de abertura dos recursos educacionais segundo diálogo em análise, no grupo REA do Facebook.

Figure 1. Continuous in the conception of opening of the educational resources, according to the dialogue under analysis, in the REA Facebook group.

⁷ *review, reuse, remix e redistribute*: usar, aprimorar, recombinar e distribuir.

⁸ *NonCommercial* – Não comercial.

⁹ Nome fictício.

¹⁰ Texto mantido exatamente como no original, incluindo alguns problemas de escrita.

Em um extremo, caracterizado como menos aberto, temos os recursos educacionais, muitas vezes distribuídos na internet, mas que não permitem modificações e nem uso comercial. Temos ainda outros recursos educacionais mais abertos, que permitem derivações, mas não uso comercial. No outro extremo do contínuo, os recursos são essencialmente abertos, pois permitem uso, aprimoramento, recombinação e distribuição (4R), desde que citada a autoria (atribuição). Por esse modelo tensivo de contínuo, ainda outros tipos de recursos podem ser considerados, discursivamente, entre os extremos de mais abertos e menos abertos. Essa gradação entre os conceitos remete a seu estado flexível e à variedade de opções disponíveis atualmente. Esse modelo tensivo (do contínuo) vai de encontro a modelos semióticos anteriores (como concebidos por Greimas, 1983), que organizam as categorias em uma “semântica do descontínuo”. A partir da percepção do gradiente, da mistura, do contínuo, a percepção do fenômeno pode conceber uma profusão de posições, de mais e de menos, atendendo à complexidade própria de sua relação com outras grandezas e sentidos (Fontanille e Zilberberg, 2001).

Nas próprias acepções da palavra “definição”, como grifado a seguir, há traços de precisão, limites e clareza no ato de definir, o que nos leva a entender o Sujeito 1 e sua inquietação em não compreender as atribuições que podem ser aplicadas aos REA, caracterizadas pela imprecisão:

definição *Datação:* 1331

n substantivo feminino

1 ato ou efeito de definir(-se)

2 delimitação **exata**, estabelecimento de limites

Ex.: *pediu a d. da área do terreno*

3 significação **precisa** de; indicação do sentido de

Ex.: *a verdadeira d. de amizade*

3.1 Rubrica: lexicologia, linguística.

enunciado que parafraseia a acepção de uma palavra ou locução

4 descrição de (algo ou alguém) por seus caracteres distintos

Exs.: *nunca soube dar a d. exata de si mesmo*

o sabor deste sorvete está acima de qualquer d.

5 decisão, **determinação**, resolução

Ex.: *precisamos de uma d. sobre a política salarial*

6 manifestação **clara**; revelação

Ex.: *o sorriso é a d. da felicidade*

7 Rubrica: acústica.

clareza, **precisão** na reprodução de um som

Ex.: *aparelhagem de som de alta d.*

8 Rubrica: cinema, fotografia, televisão.

contorno **nítido**, contraste marcado (de uma imagem)

Ex.: *imagem sem d.*

9 Rubrica: lógica.

operação linguística que busca a **determinação clara e precisa** de um conceito ou um objeto (Instituto Antonio Houaiss, 2009, s.p.).

Numa análise discursiva, podemos dizer que “definição” é da ordem da *programação* como uma operação sobre as coisas, sob princípio de regularidade e intencionalidade (Landowski, 2006). Entretanto, o conceito de REA, no diálogo analisado, resiste a essa programação, guardando níveis de flexibilidade e *ajustamento* de acordo com o contexto. Ao contrário da programação, o regime do ajustamento é fundado na sensibilidade que rege a relação entre os sujeitos e entre sujeitos e objetos.

No tópico 2 da discussão em análise, sobre onde se pode alojar REA na internet, de forma gratuita, apropriada e exclusiva, também se observa a tentativa do Sujeito 1 (no discurso do diálogo já citado) de buscar limites e restrições para a localização de REA. Ao que o Sujeito 2 também responde em oposição, apresentando a descentralização de repositórios como sendo positivo, melhor do que o fechamento em uma única opção. Nessa perspectiva da descentralização/divisão, podemos identificar, na construção do sentido, o regime de *difusão* do ponto de vista da intensidade e o regime do *numeroso*, do ponto de vista da extensidade, em oposição à dêixis da indivisão, pelo regime do *compacto* (intensidade) e *uno* (extensidade) (Fontanille e Zilberberg, 2001), que estaria para a presença de recursos em um só lugar, controlado.

Observamos, na Figura 2, que, enquanto os regimes do *compacto* e do *uno* levam o sujeito ao sentimento de *realizado*, ou seja, ao encontro do objeto buscado, os

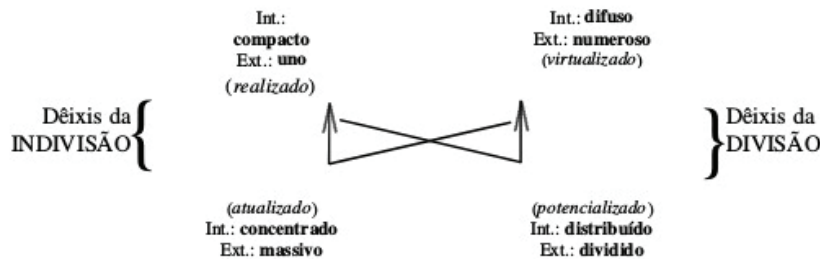


Figura 2. Relação entre as dêixis indivisão e divisão.

Figure 2. Relation between the deixis indivision and division.

Fonte: Fontanille e Zilberberg (2001, p. 136).

regimes do *difuso* e do *numeroso* o colocam numa posição de *virtualizado*, isto é, à procura do seu objeto. Nesse caso, a busca de uma definição, gera o efeito de realização, mas não condiz com o objeto buscado, conforme discurso analisado, que é apresentado como tendo natureza maleável e sem fronteiras definidas.

Os REA sofrem as mesmas influências de qualquer objeto que “cai” na internet, como mostra a resposta ao tópico 3, sobre a monitoração dos recursos. Isso ocorre porque o sistema da internet adota a extensão máxima, prevalecendo os valores de *universo*, em proveito da difusão máxima, ao contrário de outros sistemas que escolhem o ápice, a intensidade em nome dos valores de *absoluto*. Fontanille e Zilberberg (2001, p. 47) explicam a relação inversa que estabelece essa tensão: “no caso dos valores de absoluto, parece que a triagem e o fechamento intervêm como operadores principais, tendo por benefício a *concentração*, enquanto os valores de universo pedem o concurso da mistura e da abertura, tendo por benefício a *expansão*” (grifos no original). São esses valores de universo que parecem estar na afirmação do Sujeito 2 de que “é bem difícil ter controle sobre o meio digital, não é algo exclusivo dos materiais com licenças abertas”.

Também na resposta ao tópico 4, notamos a presença de valores de *universo*, já que o Sujeito 2 afirma, em relação ao direito moral, que ele é assegurado a toda criação, independente da licença e dos órgãos responsáveis pela preservação.

Pela rede definicional que acabamos de analisar sucintamente, conseguimos observar que o Sujeito 2, reconhecido como autoridade no diálogo, busca convencer o Sujeito 1 da natureza flexível dos REA, os quais podem ter diferentes níveis de abertura, a depender da licença; da descentralização dos recursos em diversos espaços, pelo regime de difusão e do numeroso; e das condições de abertura e mistura que incidem sobre os recursos, de acordo com os valores de universo que regem a internet.

Destacamos ainda nesse diálogo a aceitação das respostas como válidas e aceitas pelo Sujeito 1, que de fato reconhece o Sujeito 2 como enunciador capaz e competente para dar os “esclarecimentos” pedidos em relação aos postulados sobre o assunto no site oficial. Na justificativa final, pelo Sujeito 1, fica clara sua sanção positiva da orientação recebida (“obrigada pelos esclarecimentos”) e da adesão aos valores comunicados pelo enunciador (Sujeito 2). O Sujeito 3 também insere sua avaliação positiva do diálogo e do reconhecimento pela Instituição Federal de Ensino Superior em questão da importância do objeto e de seus valores de colaboração: “Fiquei muito feliz em ver que a discussão continua”.

Após a citação de um diálogo e sua análise, que teve a função de trazer à tona a questão dos REA e sua definição nos discursos dos interlocutores, a próxima seção tem o objetivo de abordar o conceito apresentado em textos, em sua grande parte, acadêmicos, os quais, de certa

forma, retomam e esclarecem questões já apresentadas nas falas dos sujeitos a que tivemos acesso.

Uma definição em construção

A expressão Recursos Educacionais Abertos (REA), do inglês *Open Educational Resources* (OER), foi cunhada em 2002, no Fórum sobre o Impacto de Cursos Abertos do Ensino Superior nos Países em Desenvolvimento, da UNESCO (Allen e Seaman, 2014) e ainda está em construção, a partir dos usos e das práticas que vêm sendo feitas dela. Já há alguns textos disponíveis sobre o assunto, mas, como mencionado no início deste artigo, o assunto ainda carece de um trabalho mais acurado de definição, principalmente no que diz respeito a suas diferenças em relação a outras expressões que são, equivocadamente, tomadas como sinônimo de REA, como o uso de “recursos educacionais digitais”, já citado.

Nesse sentido, importantes contribuições foram feitas para não só definir REA e orientar sobre sua construção, como também divulgar e incentivar a prática pedagógica com REA para além mesmo da sala de aula. Uma dessas contribuições foi a publicação do livro *Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas*, em 2012, organizado por Santana *et al.*, que traz um panorama bem detalhado sobre os REA, em forma de reflexões teóricas, experiências, depoimentos e entrevistas.

Entre os estudos sobre o assunto no exterior, podemos citar um texto de caráter mais investigativo, de Allen e Seaman, *Opening the Curriculum: Open Educational Resources in U.S. Higher Education*, de 2014, que apresenta resultados de uma pesquisa com o corpo docente de algumas instituições de ensino superior e levanta alguns equívocos comuns nas concepções de REA manifestadas pelos entrevistados, como a confusão de “aberto” como “gratuito”.

De grande importância é o *Guia Básico de Recursos Educacionais abertos*, publicado pela UNESCO e pela *Commonwealth of Learning* (COL), em 2011, que não só dá orientações sobre a definição de REA em forma de perguntas frequentes, como também disponibiliza um grande repositório de REA extraídos de materiais de cursos abertos.

Interessante observar que esses materiais citados se concretizam eles mesmos como REA, pois têm licença *Creative Commons* e incentivam sua cópia, distribuição e remixagem. A definição que segue foi retirada desse último documento citado:

A definição mais simples do conceito de Recurso Educacional Aberto (REA, ou, em inglês, OER) é qualquer recurso educacional (incluindo mapas curriculares, materiais de cursos, livros didáticos, vídeos assistidos na Internet, aplicativos multimídia, *podcasts* e quaisquer outros materiais designados para uso no ensino e aprendizado) disponíveis abertamente para uso

por educadores e alunos, sem a necessidade de pagar direitos autorais ou taxas de licença (Butcher, 2011, p. 5).

Como afirma Santos (2013, p. 21), “isso significa que quaisquer outros materiais educacionais disponíveis na Internet gratuitamente que não tenham uma licença aberta não são considerados REA”.

Os recursos educacionais em geral são e abrigam conteúdos de aprendizado e são ferramentas, já que utilizam *softwares* para criação, entrega, uso e melhoria. Entretanto, no que diz respeito à implementação, não encontramos informações claras sobre a licença ou limites da licença que adotam. Podemos dizer, então, que tais recursos são educacionais, e abertos em certo aspecto, já que permitem, em geral, acesso gratuito pela internet ou em versão impressa a qualquer usuário, mas apresentam omissão ou restrição quanto à licença do material distribuído. Nesse caso, é preciso esclarecer que, ser livre, circular gratuitamente, não implica que o recurso, sendo *software* ou não, é aberto, ou seja, passível de sofrer alterações e de ser distribuído. Ressalta-se ainda que uma grande parte de recursos convencionais nem pode ser distribuído, pois tem por característica o acesso limitado a vínculos institucionais formais, como matrícula em cursos, ou atividades específicas conectadas ao trabalho profissional.

Como destacam Rossini e Gonzalez (2012), pelo fato de o mercado editorial para os recursos educacionais ser um típico mercado monopolístico de venda de conteúdo, a reutilização criativa, a cópia e a adequação a contextos locais desses materiais são bloqueadas, em qualquer nível de ensino. Com relação às escolas básicas, é possível observar um enorme custo ao poder público até que cheguem aos alunos (Ortellado, 2010), como é o caso dos livros didáticos, distribuídos nessas escolas. O conteúdo desses materiais é trancado sob o selo “Todos os direitos reservados”, o que quer dizer que não pode ser aproveitado ou adaptado segundo as necessidades do cotidiano da sala de aula. Já no ambiente universitário, é conhecida a realidade de alunos e professores que dependem de materiais que também custam caro e, por esse motivo, se organizam em torno de cópias dos mesmos para suprirem suas necessidades acadêmicas.

Os recursos educacionais abertos possuem quatro princípios, também chamados de 4Rs – *review, reuse, remix e redistribute* –, em português as quatro liberdades de REA, que vimos anteriormente: usar, aprimorar, recombinar e distribuir, como esclarece o site oficial sobre o assunto (REA, *online*). O primeiro (usar) compreende a liberdade de usar o original ou a nova versão criada pelo utilizador com base num outro REA, em vários contextos. O segundo (aprimorar) compreende a liberdade de adaptar e melhorar os REA para que melhor sejam adequados às necessidades do usuário. O terceiro (recombinar) compreende a liberdade de combinar, fazer misturas e colagens de REA com outros REA, para a

produção de novos materiais. Por fim, o quarto (distribuir) compreende a liberdade de fazer cópias e partilhar com outros utilizadores não só o REA original, mas também a versão recriada (Fettermann, 2014). É possível associar esses quatro princípios dos REA às quatro liberdades do *Software Livre*, que influenciaram sua criação:

Um programa é software livre se os usuários possuem as quatro liberdades essenciais:

Liberdade 0: A liberdade para executar o programa, para qualquer propósito;

Liberdade 1: A liberdade de estudar o software;

Liberdade 2: A liberdade de redistribuir cópias do programa de modo que você possa ajudar ao seu próximo;

Liberdade 3: A liberdade de modificar o programa e distribuir estas modificações, de modo que toda a comunidade se beneficie (*Free Software Foundation*, s.d.).

Tanto o REA como o *Software Livre* estão inscritos no que ficou conhecido como Cultura Livre, que defende e incentiva a liberdade de distribuir e modificar trabalhos e obras criativas livremente, garantindo maior acesso aos bens culturais. Se tudo o que criamos como bem cultural, científico e tecnológico parte de alguma forma de um saber já existente, é legítimo que o que construímos seja compartilhado socialmente. Esse é o pensamento que rege o surgimento da Cultura Livre. Também nesse contexto de resistência surge o *copyleft* (em oposição a *copyright*, “todos os direitos garantidos”), no modelo das *Creative Commons* (CC), mais flexível quanto à propriedade sobre a obra. O usuário pode escolher, no site da CC (<https://creativecommons.org/>), entre as licenças básicas listadas a seguir e também combiná-las, de acordo com seu interesse:

- (i) Atribuição (CC BY): permite copiar, distribuir, exibir e executar a obra; criar obras derivadas e fazer uso comercial da mesma, desde que haja crédito ao autor.
- (ii) Atribuição com compartilhamento pela mesma licença (CC BY-SA): permite que somente sejam feitos trabalhos derivados sob a mesma licença que o autor utiliza em sua própria obra, com o devido crédito.
- (iii) Atribuição sem obras derivadas (CC BY-ND): permite que outros copiem, distribuam, exibam e executem o trabalho original, porém sem criar trabalhos a partir dele.
- (iv) Atribuição sem uso comercial (CC BY-NC): permite que as outras pessoas copiem, distribuam, exibam e executem o trabalho apenas para propósitos não comerciais.

Os REA devem apresentar uma dessas licenças no final do material, de forma clara e visível para que os usuários saibam os limites que têm sobre ele. O próprio site *Creative Commons* oferece um espaço para criação da licença e geração dos seus termos, bem como uma imagem para afixar na obra.

Conforme discussão analisada na primeira parte deste texto, é esperado que os recursos que circulam no meio educacional sejam mais livres, permitindo maiores possibilidades de uso, recriação e compartilhamento. Ademais, é importante destacar sempre a obrigatoriedade de citação da fonte, para qualquer material utilizado, sob qualquer licença. Conforme esclarece Butcher (2011, p. 5), a licença “facilita a sua reutilização, e possivelmente adaptação, sem a necessidade de pedir permissão ao detentor dos direitos autorais”.

Segundo a Fundação Hewlett (s.d.), os REA demonstram grande potencial para a inovação no processo de ensino-aprendizagem, por meio de redes em que professores e alunos compartilham suas melhores práticas. Entre possibilidades de recursos educacionais, essa fundação cita: cursos completos, materiais didáticos, módulos, livros didáticos, vídeos, testes, *software* e quaisquer outras ferramentas, materiais ou técnicas utilizadas para apoiar o acesso ao conhecimento.

Melhorar a qualidade dos materiais de ensino e aprendizagem é um dos principais argumentos da UNESCO e da COL para defenderem os REA. Segundo o documento publicado por elas, isso ocorre tanto

[...] porque os educadores tendem a investir mais em melhorar os seus materiais antes de compartilhá-los abertamente e porque o retorno que recebem dos seus colegas e alunos os ajuda a promover ainda mais melhorias (Butcher, 2011, p. 10).

Nesse sentido, Amiel (2012) salienta que os REA são mais flexíveis e propulsionam novas configurações de ensino e aprendizagem, e que eles, pela característica de um bem comum a muitos, pode expandir radicalmente o acesso à cultura e à educação, possibilitando que a cultura baseada em cópias ilegais seja amenizada e, até mesmo, transformada.

Pretto (2010) enfatiza que os professores possuem um papel fundamental no processo de produção de materiais a serem trabalhados na educação, por serem os principais personagens e autores dos processos educativos. Por esse motivo, torna-se difícil discutir os REA de maneira deslocada de sua realidade. Ele destaca também a importância do papel das tecnologias digitais da informação e da comunicação, de aprofundar a perspectiva da colaboração e da aproximação de tudo isso com o trabalho do professor e do pesquisador, que terá a possibilidade de trabalhar com todo e qualquer material disponível, por ser um intelectual.

Partindo da perspectiva de Okada (2011), acreditamos que os REA – componentes-chave na era digital, a qual foi marcada pela filosofia de abertura via Web 2.0 e em que coaprendizes, coeducadores e copesquisadores podem compartilhar suas coautorias de forma livre e contribuir para que haja uma construção colaborativa do conhecimento aberto – podem ser grandes aliados no processo de potencialização da autoria. Nesse processo,

o professor se insere nestes tempos de tantos anseios de mudanças na educação, já que o termo está

vinculado a uma produção colaborativa e deve potencializar a autoria de forma que possa ser reutilizado, reaproveitado e remixado, visando ressaltar o conhecimento como bem cultural que deve ser acessível para todos (Bruno *et al.*, 2012, p. 4).

Um exemplo dessa posição de componente-chave dos REA na educação é a discussão que analisamos na primeira parte deste texto e que dá voz aos sujeitos, envolvidos nessa área, os quais fomentam uma apropriação crítica e questionadora do conceito e sua prática.

Considerações finais

Retomamos aqui duas questões feitas na nossa introdução: seriam os REA outro nome para materiais didáticos ou recursos educacionais? Qual o valor dessa expressão para aqueles que optaram por utilizá-la? Com base em nossa discussão ao longo deste texto, podemos afirmar que, embora os Recursos Educacionais Abertos permitam uma flexibilidade em sua definição, em graus de maior ou menor abertura, ele é sim distinto dos recursos educacionais que não se manifestam ou restringem à licença de uso do material. Isso ocorre não só na definição como na prática de uso do material. Para aqueles que optaram por utilizar a expressão REA, distinguindo-os de outros materiais, contaram positivamente as diversas possibilidades que a noção de “aberto” trouxe para o meio educacional, agregando o valor de *liberdade*, tão caro em tempos de Cultura Livre.

Como observado na análise pela Semiótica Tensiva e na discussão do conceito de REA, que se complementam, os REA afirmam ainda os valores de ajustamento, de descentralização de repositórios, de difusão, expansão e mistura, em oposição ao fechamento que restringe o acesso e a possibilidade de colaboração da comunidade interessadas nos recursos e em seu conteúdo.

O conceito e a área em que se inscrevem os Recursos Educacionais Abertos necessariamente se tornam interdisciplinares, uma vez que uma área específica de conhecimento não contempla suas particularidades: objetivo, licença, meio e forma de circulação e potencialidades, por exemplo. A própria natureza flexível que se depreende do estudo de sua definição permite concluir sobre sua maleabilidade entre as diversas áreas e setores, estendendo-se à educação formal, mas também à não formal.

Pouco encontramos sobre REA em espaços não formais, como em museus e bibliotecas, mas é plenamente possível se conceberem essas manifestações, pois no que diz respeito aos limites, apenas podemos dizer que os recursos precisam ser educacionais (ou seja, servir ao ensino e à aprendizagem) e abertos (permitem uso, aprimoramento, recombinação e distribuição).

Sendo assim, entre o limiar e o limite, podemos afirmar que os REA são materiais educacionais multiformes, com potencialidades para os multiletramentos e para os processos de ensino e de aprendizagem em espaços formais (em todos os níveis de ensino) e não formais, nas diversas áreas de conhecimento e em práticas interdisciplinares, tendo uma licença que garanta seu uso, aprimoramento, recombinação e distribuição. Evidentemente, como se trata de um conceito e uma área em construção, não se pretende que essa, assim como as outras definições trazidas à luz neste texto, sejam definitivas, mas apenas que seja dado mais um passo no sentido de conhecer e dar a conhecer as possibilidades a partir dos Recursos Educacionais Abertos.

Referências

- ALLEN, I.E.; SEAMAN, J. 2014. Opening the Curriculum: Open Educational Resources in U.S. Higher Education. Babson Survey Research Group. Disponível em: <http://www.onlinelearningsurvey.com/reports/openingthecurriculum2014.pdf>. Acesso em: 12/02/2016.
- AMIEL, T. 2012. Educação aberta: configurando ambientes, práticas e recursos educacionais. In: Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas políticas públicas. Salvador/Edufba, São Paulo/Casa da Cultura Digital, 2012. *Anais...* p. 17-33.
- BRUNO, A.R.; MATTOS, A.C.G.; CUNHA, A.R.C.; LIMA, C.C.; DUTRA, E.S.; TAVARES, E.B.M.; SCHUCHTER, L.H.; NETO, O.S.S.V.; SANTOS, V.R. 2012. Coaprendizagem em rede na formação docente: plasticidade, colaboração e rizomas. In: Recursos Educacionais Abertos e Redes Sociais: coaprendizagem e desenvolvimento profissional. Juiz de Fora, 2012. Disponível em: http://oer.kmi.open.ac.uk/?page_id=940. Acesso em: 10/02/2016.
- BUTCHER, N. 2011. *Um Guia Básico sobre Recursos Educacionais Abertos (REA)*. Tradução da UNESCO. Paris, UNESCO, COL. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/publications/basic_guide_oer_pt.pdf. Acesso em: 14/02/2016.
- FACEBOOK. 2015. Recursos Educacionais Abertos. Disponível em: https://m.facebook.com/groups/276315442400248?view=permalink&id=1042484932449958&ref=m_notif¬if_t=group_highlights. Acesso em: 31/01/2016.
- FETTERMANN, J.V. 2014. Recursos educacionais abertos na formação do professor-autor: reflexões teóricas. Disponível em: <http://revista.srvroot.com/linkscienceplace/index.php/linkscienceplace/article/view/22>. Acesso em: 14/03/2017.
- FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. 2001. *Tensão e Significação*. São Paulo, Discurso Editorial, Humanitas/FFLCH/USP.
- FREE SOFTWARE FOUNDATION. [s.d.]. *O que é o software livre?* Disponível em: <http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt-br.html>. Acesso em: 15/02/2016.
- GAGNÉ, R.M. 1977. *Como se realiza a aprendizagem*. Rio de Janeiro, LTC, 270 p.
- GREIMAS, A.J. 1983. *Du sens II: essais sémiotiques*. Paris, Éditions du Seuil, 256 p.
- HEWLETT FOUNDATION. [s.d.]. *Open Educational Resources*. Disponível em: <http://www.hewlett.org/programs/education/open-educational-resources>. Acesso em: 15/02/2016.
- INSTITUTO ANTONIO HOUAISS. 2009. *Houaiss eletrônico*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- LANDOWSKI, E. 2006. Les interactions risquées. *Nouveaux Actes Sémiotiques*, n. 101, 102 e 103. Limoges, Presses Universitaires de Limoges.
- OKADA, A. 2011. Colearn 2.0: refletindo sobre o conceito de coaprendizagem via reas na web 2.0. *Educação e tecnologias: reflexão, inovação e práticas*, 7(1):1-15. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/5813>. Acesso em: 10/02/2016.
- ORTELLADO, P. 2010. Uma política de direito autoral para o livro didático. *Observatório da Educação*, São Paulo, 1(27):1-4. Disponível em: <http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php/artigos/57-artigos/871-uma-politica-de-direito-autoral-para-o-livro-didatico>. Acesso em: 04/12/2016.
- PRETTO, N. 2010. Redes colaborativas, ética hacker e educação. *Educação em Revista*, 26(3):305-316. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000300015>
- SANTANA, B.; ROSSINI, C.; PRETTO, N. de L. (orgs.). 2012. *Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas políticas públicas*. Salvador/Edufba, São Paulo/Casa da Cultura Digital, 249 p.
- SANT'ANA, I.M.; SANT'ANA, V.M. 2004. *Recursos educacionais para o ensino: quando e por quê?* Petrópolis, Vozes, 120 p.
- SANTOS, A.I. 2013. *Recursos Educacionais Abertos: o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação*. São Paulo, Comitê Gestor da Internet. (Livro eletrônico). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002279/227970por.pdf>. Acesso em: 04/12/2016.
- RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA). [s.d.]. Perguntas Frequentes. *Recursos Educacionais Abertos*. Disponível em: <http://www.rea.net.br/site/faq/>. Acesso em: 15/02/2016.
- ROSSINI, C.; GONZALEZ, C. 2012. REA: o debate em política pública e as oportunidades para o mercado. In: B. SANTANA; C. ROSSINI; N. de L. PRETTO (orgs.), *Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas políticas públicas*. Salvador/Edufba, São Paulo/Casa da Cultura. Digital, p. 35-69.

Submetido: 30/04/2016

Aceito: 04/12/2016